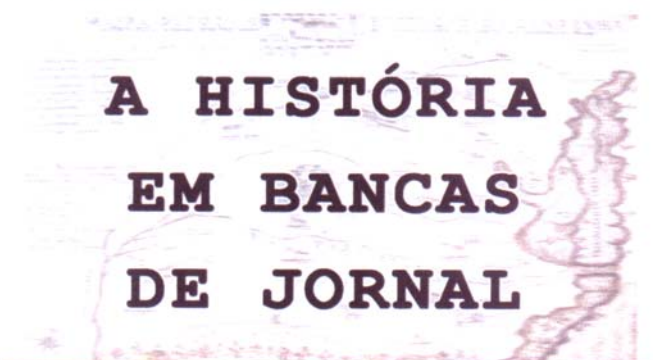




ECLÉTICA 2005

Publicação eventual do Departamento de História/FFLCH/USP



A HISTÓRIA EM BANCAS DE JORNAL

Responsável: Profa Dra. Raquel Glezer
Monitora PAE - Estágio de Preparação Pedagógica: Silene Ferreira Claro
Trabalho de curso da disciplina Teoria da História I
0401 - Noturno - 1º. Sem. 2005.

A HISTÓRIA EM BANCAS DE JORNAL

Raquel Glezer¹

Introdução

As experiências dos professores das disciplinas teórico-metodológicas em curso de História, bacharelato ou licenciatura, podem ser generalizadas, pois usualmente enfrentam incompreensões por parte do alunado e de colegas. Não importam as denominações: Introdução aos Estudos Históricos ou Metodologia da História; Filosofia da História; Teoria da História; História da Historiografia... Afinal, para que elas servem? O que fazem em um currículo sobrecarregado?

As outras disciplinas obrigatórias de um curso de História possuem conteúdo definido por espaços geográficos (América, Brasil, África, Ásia), ou recorte cronológico (História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea). O recorte cronológico ainda se impõe ao recorte geográfico, apesar dos questionamentos apresentados nos últimos trinta anos, a partir da obra de Chesneaux² sobre o uso ideológico da periodização. As disciplinas optativas se organizam por temas, processos explicativos, fontes ou campos historiográficos.

Diversamente, as disciplinas teórico-metodológicas deslocam-se em espaços e tempos variados, pois podem se articular por conceitos, teorias explicativas, formulações teóricas de processos históricos, análises historiográficas de autores, temas relevantes, questões significativas ou momentos marcantes... quase sempre fugindo ao recorte espacial e/ou ao cronológico.

Para os alunos, as disciplinas teórico-metodológicas se apresentam como um conjunto complexo. Têm dificuldade de reconhecer nelas o que conhecem como História, isto é, o campo de conhecimento que aprenderam a reconhecer como tal nos livros didáticos, manuais acadêmicos e livros dos historiadores. As discussões sobre o que são documentos, fatos históricos, fontes, memórias, monumentos, os questionamentos sobre os conceitos nos livros escritos pelos historiadores, ou os debates sobre os usos de cultura material, cultura imaterial, história oral, memória social, micro-história e macro-história, genealogia, memória local se apresentam como complicações do que aparenta ser simples e conhecido.

Qual a finalidade de uma disciplina como Teoria da História no processo de formação de um profissional da história? As reflexões que são propostas aos alunos têm qual finalidade? As respostas podem ser tão múltiplas como o campo: conhecer a História da História; perceber como o campo dos estudos históricos foi formado e quais as transformações que sofreu; aprender a reconhecer os conceitos e as teorias que embasam os trabalhos dos historiadores, identificar os pressupostos da seleção de temas, fatos e dos arranjos dos conteúdos. De forma sintética, reconhecer que o conteúdo da história que encontram nos livros é um produto cultural datado (linguagem, conceitos, preconceitos), da mesma maneira que os textos que produzem em seus trabalhos.

Para nós, professores nestas disciplinas, as questões teóricas devem fundamentar os trabalhos dos historiadores, quer os de pesquisa em campo, não importando o tipo de fonte explorada - arquivística, bibliográfica ou de história oral, quer os de análise historiográfica sobre as obras de historiadores, nas variadas formas que podem assumir.

¹ Profa. Titular Teoria da História e Metodologia da História/Departamento de História/FFLCH/USP; e-mail: raglezer@usp.br.

² Cf. Jean Chesneaux. *Du passé faisons table rase? : a propos de l'histoire et des historiens*. Paris: F. Maspero, 1976; trad. brasileira *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

Tais questões estavam em nosso horizonte de preocupação quando propusemos aos alunos matriculados na disciplina Teoria da História I – 0401 - Noturno, no primeiro semestre de 2005, cujo programa havia sido formulado com o objetivo de possibilitar uma visão panorâmica de algumas formas de reflexão sobre a história até o início do século XX, com aulas teóricas e leituras de textos de alguns autores clássicos, algo a mais: um trabalho empírico, levando em consideração as restrições e limitações aos alunos dos cursos noturnos: biblioteca em horário restrito; arquivos, centros de documentação e museus fechados, nos horários que os alunos poderiam dispor para alguma atividade extra classe.

Que material poderia ser utilizado, que estivesse acessível e cujas informações complementares pudessem ser localizadas por quem cumpre oito horas de trabalho diárias em cinco dias por semana? A nossa proposta foi a de explorar um material recente, visível e de fácil aquisição, que existe e se oferece nas bancas de jornal – as revistas de divulgação de história, em suas múltiplas apresentações e em seus variados níveis de formulação.

Temos a certeza que nem todas as publicações existentes foram exploradas, pois tal não era a intenção da proposta, que tinha como objetivo proporcionar aos alunos quase todas as etapas de um projeto de pesquisa, a partir da seleção de fonte e temas de interesse dos autores dos trabalhos, que foi respeitada, quer pela possibilidade de acesso³. Apesar da vasta rede de bancas de jornal existentes na área metropolitana, nem todas contém exatamente o mesmo conjunto de publicações, dependendo do local em que estão e da clientela a que atendem.

Em complementação

Depois dos trabalhos de pesquisa e redação realizados e entregues, na fase de preparação e edição digital para inserção no sítio (www.raquelglezer.pro.br), encontramos na rede algumas referências sobre o mesmo assunto, como a indicação do trabalho de Iniciação Científica na Faculdade Cásper Libero de Marcela Rosa Mastrocola, denominado “Aventuras na História: intermediários culturais, mercado editorial e cultura de consumo”⁴, em nota, sem data, acesso ao texto ou resumo. E o texto de Thathiana Murillo, datado de 05.12.2004, com o título de “*Páginas do passado: o boom das revistas de História*”, no qual a autora traça um histórico das revistas de história de divulgação em vários países e o início de tais periódicos do Brasil, a partir de 2003⁵.

Não consideramos a nossa pesquisa exaustiva e é possível que existam outros estudos sobre o mesmo tipo de material.

³ Os trabalhos, de modo previsível, concentraram-se nas revistas com maior facilidade de acesso: *Nossa História*, *História Viva*, *Aventuras da História*. Outras publicações foram também localizadas e selecionadas pelo interesse dos alunos. Ao menos uma publicação não foi explorada - a *Brasilis*, da editora Atlântica, do Rio de Janeiro, coordenada por Luis Felipe Baeta Neves. Ela era inicialmente vendida por assinatura, e só conhecemos os dois números iniciais. O sumário deles pode ser encontrado no sítio: <http://atlanticaeditora.com.br/>.

⁴ No sítio www.facasper.com.br/cip/iniciativa: “tema: Estudo sobre o fenômeno das revistas de história no contexto da hipermodernidade, com base na análise da publicação *Aventuras na História* ...”; e-mail: marcelamastrocola@gmail.com.

⁵ Thathiana Murillo. *Páginas do Passado: o boom das revistas de História*, datado de 12.05.2004, no sítio O cisco, <http://www.ocisco.net/thati10.htm>; e-mail thathanamurillo@uol.com.br.

1. Enfrentar os preconceitos

A seleção do material para ser pesquisado decorreu de sua facilidade de acesso, por um lado. Em nossos dias, a história está nas bancas de jornal, em formas variadas. Está nos jornais diários - que são uma das fontes para a história do tempo presente e para a história contemporânea; nas revistas semanais e/ou mensais de viés informativo ou analítico de variadas tendências políticas; nas coleções de obras clássicas para divulgação – como a coleção ‘Os Pensadores’ ou a coleção ‘Pensadores Brasileiros’. Seleccionamos uma materialidade específica - as revistas de temas históricos, voltadas para o público consumidor não-especializado.

A multiplicidade de periódicos e publicações de assuntos variados nas bancas de jornal é indicativo de alguns processos característicos da sociedade contemporânea pós-industrial: a ampliação do público leitor, decorrente dos processos de urbanização e alfabetização; a ampliação do acesso ao conhecimento; o atendimento pelas empresas editoras de todas as áreas de interesse do público leitor, em suas múltiplas identidades sociais⁶. Este foi o outro elemento fundamental para a escolha do objeto – a possibilidade de captar um fenômeno social ‘quente’, em sua concretização, na vivência do processo, que precisa ser analisado e compreendido. Em nossos dias, a diversificação da mídia impressa, em miríades de pequenas empresas gráficas – algumas das quais de vida curta, ao lado dos conglomerados de empresas gráficas e das de mídias, soma-se ao complexo jogo dos cruzamentos de todas as mídias – imprensa, cinema, televisão, eletrônicas, digitais...

Lembremos também que em nossos dias há associações entre empresas, para atingir determinados segmentos do público, com a criação de marcas novas, ocultando a empresa principal e dificultando o acompanhamento das questões mercadológicas.

Alunos de graduação estão acostumados com a leitura de textos selecionados por professores – capítulos de livros e/ou artigos publicados em periódicos acadêmicos, cujos padrões correspondem aos parâmetros da comunidade científica. Não há a preocupação com o perfil da publicação, pois a responsabilidade de seleção é do professor. A valoração realizada é pela especialidade do autor, respeitabilidade da revista, reconhecimento da instituição que a publica - todos elementos de identificação de comunidade científica e de reconhecimento entre pares.

As próprias revistas acadêmicas se transformaram, no decorrer do século XX, de recurso informativo e quase que exclusivamente erudito, em fontes reconhecidas para os trabalhos historiográficos, e hoje são objetos de pesquisa para análises de conteúdo, que variam conforme as orientações dos campos historiográficos.

Por outro lado, raramente o material de vanguarda do conhecimento, o da ‘literatura cinza’⁷ é utilizado, mantendo-se como exclusividade do circuito especializado e restrito dos pesquisadores.

No país, há crescente desenvolvimento do campo de pesquisa sobre a história do livro e da leitura⁸. As revistas de literatura, de educação e as semanais gerais têm recebido

⁶ Sobre as identidades sociais contemporâneas, ver Serge Moscovici. *Representações sociais*. Investigações em psicologia social. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

⁷ Literatura não convencional, conhecida por ‘literatura cinza’ (teses, folhetos, anais, proceedings, relatórios de pesquisas, notas técnicas, indicadores de ciência e tecnologia, preprints, publicações seriadas e trabalhos não publicados). Cf. <http://www.ige.unicamp.br/site>.

⁸ Ver: a) sitio: www.livroehistoriaeditorial.pro.br/, do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, realizado entre 8 e 11 de novembro de 2004, na Casa de Rui Barbosa, na cidade do Rio de

atenção sistemática desde a década de setenta do século XX, vasto material que pode ser encontrado nas bibliotecas. Contudo, são escassos os estudos analíticos sobre as revistas de história no país, com exceção dos estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que utilizam o seu periódico, o mais antigo do país, datado de 1838, mais como fonte sobre a instituição do que como objeto de análise⁹.

A proposta de analisar as publicações encontradas em bancas de jornal foi, por alguns alunos, questionada pelo fato de não ser este um material ‘respeitável’. A desqualificação é devida ao fato de revistas comerciais não terem a mesma estrutura formal dos periódicos acadêmicos, principalmente a revisão por pares. E que os artigos não poderiam ter conteúdo acadêmico e ser resultado de trabalho de pesquisa de historiadores. A maior crítica foi que as revistas comerciais tinham como alvo um público genérico e não-especializado. Afinal, trabalhar com ‘material de divulgação ou vulgarização’ não era um trabalho adequado aos historiadores em formação¹⁰.

No decorrer da pesquisa, mesmo os alunos mais renitentes acabaram mudando de opinião, pois conseguiram verificar que entre as revistas para o grande público existem níveis diferenciados de informação, apresentação de resultados de pesquisa, debates sobre questões de momento e um trabalho de apresentação ao público de textos escritos por historiadores. O conteúdo apresentado depende do público visado pela revista.

2. A popularização da cultura

O fenômeno do público consumidor de produto cultural oferecido em bancas de jornal no Brasil data dos anos sessenta do século XX, quando a Editora Abril¹¹ lançou edições de obras em fascículos, mas continuou mantendo-se basicamente como uma editora de histórias em quadrinhos infantis e juvenis, e, de publicações românticas destinadas a adolescentes e mulheres jovens, vendidas em bancas. Na área específica da História, a primeira foi a coleção ‘Grandes Personagens da Nossa História’ - biografias de personagens da História do Brasil, em fascículos, com textos escritos por professores de história. E depois, nos anos da ditadura militar, lançou a coleção ‘Os pensadores’-volumes encadernados de obras de autores clássicos da cultura ocidental, que muitas

Janeiro; b) sitio da Intercom: www.intercom.org.br/, especificamente para os textos resultantes de pesquisa apresentados nos eventos da área: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br>.

⁹ Ver, entre outros: Isa Adonias. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - 150 anos*. Rio de Janeiro: Studío HMF, 1990; Virgílio Correia Filho. Como se fundou o Instituto Histórico. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 255, 1962; Max Fleiüss. *O Instituto Histórico através de sua Revista*. Rio de Janeiro: IHGB, 1938; Lúcia Maria Paschoal Guimarães. "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial": o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 156, 388, 1995; Manoel Luís Salgado Guimarães. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, no. 1, 1988, pp. 5-27;-----De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, volume 4, no. 1, 1989, pp. 135-144; Lília Moritz Schwarcz. "Os guardiões da nossa história oficial". Os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989; ----- . *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; Arno Wehling. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 338, 1983, pp. 7-16;----- .Historicisimo e concepção de História nas origens do IHGB. In: ----- (org.) *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas, sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, pp. 43-58.

¹⁰ Apesar dos questionamentos, uma grande parte dos alunos possuía alguns exemplares das revistas de divulgação nacionais e recorreram ao seu próprio material; outros, de forma surpreendente, possuíam exemplares de revistas editadas em outros países, o que aparece em seus trabalhos.

¹¹ No sítio da Editora Abril está a história da empresa, ver <http://www.abril.com.br/br/conhecendo/>.

vezes estavam recebendo a primeira edição no país, com tradução por professores especialistas no autor ou no assunto, quebrando o preconceito existente contra a compra de livros em bancas de jornal. A série de sucessos editoriais foi interrompida com uma coleção de história do Brasil, a ‘Saga’, que não foi completada. Embora a Editora Abril se apresente como a pioneira na edição de obras de divulgação para o grande público consumidor, apenas atualizou uma forma de divulgação que já existia, a da edição de obras clássicas ou informativas em tiragens maiores que as usuais. Antes dela, existiram outras iniciativas de divulgação e popularização da cultura no país, que ainda não foram devidamente estudadas.

A coleção ‘Tesouro da Juventude’¹², marco na vida de milhares de jovens leitores, foi difundida por vendedores em muitas das cidades do país, independente de seu tamanho e da existência de livrarias. O mesmo ocorreu com as coleções de obras de história como Cesare Cantú¹³, H. G. Wells¹⁴ e Will Durant¹⁵.

A Editora Ediouro¹⁶ tinha e ainda tem forte atuação na área da divulgação de autores clássicos, mas seus livros, em pequeno formato e em papel jornal, só podiam ser encontrados em livrarias. Além das citadas, existiram outras coleções de obras literárias destinadas a um público consumidor maior que o tradicional consumidor em livraria: a coleção ‘capa amarela’ de grande formato da Editora Globo de Porto Alegre – hoje Globo Livros¹⁷, com traduções de obras clássicas e contemporâneas, por intelectuais de renome, e, a coleção Saraiva, da editora do mesmo nome¹⁸, com volumes de pequeno formato, em papel jornal, que era vendida porta a porta para as famílias interessadas. A Editora Agir¹⁹ também teve uma coleção de clássicos em pequeno formato e em antologia, ‘Nossos Clássicos’.

A estrutura de venda porta a porta que foi desenvolvida na primeira metade do século XX continua ainda em nossos dias, com enciclopédias escolares e coleções de obras informativas em geral.

¹² Esta obra teve diversas edições, pela W. M. Jackson Editores, dos anos vinte até os anos cinquenta.

¹³ Cesare Cantú. *História universal*. Obra de tanto sucesso que recebeu várias edições, entre outras: a) Rio de Janeiro: Fluminense, 1883; b) Rio de Janeiro: Livraria João do Rio, 1931; c) São Paulo: Américas, 1946. 32 v.; d) São Paulo: Edameris, 1970, ed. resumida.

¹⁴ H. G. Wells. *História universal: da ascensão e queda do império romano até o renascimento da civilização ocidental*. São Paulo: Nacional, 1939. 3 v.

¹⁵ Will Durant. *História da civilização*. São Paulo: Ed. Nacional, 1943. 18 v. A obra teve edições em 1956 e 1967, e em outras editoras. O autor continua sendo editado no país, podendo suas obras ainda serem encontradas em livrarias. Dados sobre sua vasta produção podem ser encontrados no sítio da **Will Durant Foundation**, <http://www.willdurant.com/home.html>

¹⁶ Ver em *Wikipédia, a enciclopédia livre*, sítio: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ediouro>.

¹⁷ Cf. <http://globolivros.globo.com/>; a Rio Gráfica Editora adquiriu em 1986 a Editora Globo. A história sintética da Editora Globo pode ser lida na *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Sítio: http://pt.wikipedia.org/wiki/Editora_Globo. Sobre a editora há a indicação do livro de Elisabeth Wenhausen Rochadel Torresini, *Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. São Paulo: EDUSP, s.d., na Coleção Memória Editorial.

¹⁸ Ver sítio: <http://sf.editorasaraiva.com.br/port/perfil/historico>; cf. dados da empresa, em 1946 foi lançada a Coleção Saraiva, dirigida por Mário da Silva Brito e Cassiano Nunes, que incluía autores nacionais e internacionais como Machado de Assis, José de Alencar, Menotti del Picchia, Orígenes Lessa, Henry James, Edgar Allan Poe, Herman Melville, ilustrada por artistas de renome, como Aldemir Martins, Darcy Penteadado, Nico Rosso, com traduções de Otávio Mendes Cajado, Décio Pignatari, Nair Lacerda e José Geraldo Vieira. A forma de comercialização era por assinatura, feita por vendedores, com entrega do exemplar publicado mensalmente; vendeu milhares de volumes, pois editou 287 títulos, alguns dos quais com tiragem de até 50.000 exemplares.

¹⁹ Ver histórico da empresa no sítio: <http://www.editoraagir.com.br/historico>; cf. dados, foi adquirida pela Ediouro, em 2002.

Da metade para o final do século XX, as bancas de jornal se tornaram o lugar de exposição da mais ampla variedade de publicações, de todos os assuntos possíveis e imagináveis, para todos os tipos de leitores.

3. O contexto

Há uma explicação corrente para o alto preço dos livros editados no Brasil: a falta de público leitor, pois existem poucas livrarias pelo país e, portanto, poucos leitores. Contudo, as vendas de ‘best-sellers’ desmentem tais afirmações: milhares de livros são vendidos em curto espaço de tempo. Se existissem tão poucos leitores no país, como afirmam as editoras de livros para venda em livrarias, as editoras que lançam seus produtos culturais em bancas de jornal não teriam crescido e multiplicado.

O crescimento das editoras especializadas em publicações para bancas de jornal deve ser relacionado com outros dados: aumento da população, predominância da urbanização, crescimento da escolaridade, aumento da renda familiar, capilaridade dos meios de divulgação de massa pelo país e interligação entre as diversas ‘mídias’.

Dos fenômenos citados, o aumento populacional se destaca: em 1950, a população do país era de 51.949.397, e, em 2000, de 169.799.170 de habitantes²⁰. No mesmo período, a população urbana passou de crescente a dominante, decorrência de fatos distanciados no tempo, mas que explicam alguns aspectos do fenômeno: em 1938, todas as sedes de município passaram a ter o título de cidade, não importando a população; nos anos cinquenta a industrialização por substituição de importações e de bens de capital deslocou uma grande parcela da população de áreas rurais para algumas áreas urbanas; e, em 1988, a Constituição passou a permitir maior facilidade para a divisão de municípios e ampliou os repasses do governo federal para os entes municipais, o que possibilitou a expansão numérica deles. Em cada município, mesmo que não exista biblioteca pública ou livraria, obrigatoriamente deve existir escola fundamental básica, e, pode existir uma banca de jornal, mesmo que seja a única na estação rodoviária.

O processo de modernização econômica do país a partir de meados do século XX possibilitou a melhoria da infra-estrutura em transportes e comunicação; a ampliação do processo de escolarização com o objetivo da universalização do ensino fundamental e posteriormente do ensino médio; o emprego em setores que previamente não existiam; o crescimento da massa salarial; o crescimento do mercado educacional para atender a demanda de mão-de-obra mais especializada; o desenvolvimento de redes de comunicação via mídia eletrônica pelo país, que criaram um mercado nacional para determinados produtos, inclusive para os da indústria cultural.

A existência de milhares de aparelhos de televisão pelo país substituiu em grande parte a imprensa escrita como fonte de informação, por um lado, e, por outro, criou um outro mercado produtor e consumidor com a possibilidade de inter cruzamento de mídias. Os produtos culturais da televisão promovem a venda de publicações escritas – sobre ela mesma, os programas, os participantes de suas produções (autores, diretores, atores e outros especialistas). Também algumas produções televisivas, como telenovelas e minisséries promovem publicações escritas – os livros originais, as adaptações, e depois os vídeos, os cds e os DVDs. O lançamento de filmes, nacionais ou estrangeiros, com chamadas em televisão, e com eventual apresentação posterior em horários especiais, também alavanca publicações destinadas ao grande público, informando sobre a obra, roteiro, diretor, atores e outros especialistas. Os temas épicos ou históricos, quando explorados pelas mídias cinematográficas e televisivas, envolvem altos custos de

²⁰ Conforme dados do IBGE, no sítio: www.ibge.gov.br/, em Síntese dos censos demográficos.

produção, que são parcialmente recuperados ou ampliados pelos produtos em paralelo: publicações impressas, vídeos, cds e dvds, além de outros produtos destinados ao público infantil e/ou juvenil, da mesma forma que os filmes de entretenimento.

Se há momentos em que a sociedade ocidental parece esquecer da existência da história, apesar de estar imersa nela, em outros há preocupação com ela. Geralmente, em datas comemorativas de fatos históricos relevantes há a ressurgência do interesse pela história, quer como processo, quer como narrativa. Em determinados momentos, a sociedade como um todo se sente atraída por fatos históricos – em livros com temas históricos, biográficos ou pseudo-históricos; em filmes biográficos, épicos, históricos ou míticos; em docu-dramas históricos ou documentários sobre fatos históricos, reconstituídos com material de época. Não é possível identificar claramente se tal interesse é uma válvula de escape – fuga/refúgio para um tempo mítico de paz e segurança, ou, genuíno, para compreender a sociedade e o momento em que vive. Em nossos dias, no início do século XXI, há retomada da curiosidade por fatos históricos, que aparece tanto nas produções impressas, como nas cinematográficas e nas televisivas. Os motivos que provocam tal interesse podem ser variados: insegurança diante das transformações em curso; dificuldades de compreender a fase histórica em que vive; medo diante do desconhecido; necessidade de reafirmar o conhecido diante de outras propostas de organização social e tantas outras questões possíveis de serem arroladas.

Quanto as motivações que levaram ao lançamento das revistas de divulgação de história no país, Thatiana Murillo utiliza a referência das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento como o motivo para o lançamento de tais publicações²¹. A nosso ver, tal explicação não se aplica totalmente – teria pleno sentido se estas tivessem começado a ocorrer no mesmo ano ou no seqüente, o que não ocorreu, pois datam de 2003 em diante. As explicações podem ser procuradas tanto no contexto nacional – a consolidação do processo de urbanização, universalização da educação básica e suas conseqüentes transformações, como no maior acesso a informações internacionais, na divulgação em tempo real pela televisão dos fatos de setembro de 2001, na retomada do ciclo de guerras simultâneas, na sensação de ameaça diante do desconhecido que pode estar se aproximando – elementos que podem ter contribuído para que se concretizasse no país algo de novo, as revistas de divulgação de história. Devemos lembrar que tal tipo de publicação existe em outros países há muitos anos, desde o começo do século XX, mantendo continuidade e possibilitando a divulgação do conhecimento historiográfico a um grande número de pessoas, o que pode ter permitido o crescimento do mercado editorial dos livros especializados em história e das grandes coleções do final do século XX²².

²¹ Ver nota 3.

²² Além da venda de milhares de exemplares de algumas obras de história como *Le Dimanche de Bouvines: 27 juillet 1214*, de Georges Duby. Paris: Gallimard, 1986, e, *Montaillo, village occitan de 1294 a 1324*, de Emmanuel Le Roy Ladurie. Paris : Gallimard, 1975, pensamos nas coleções como História das Mulheres e História da Vida Privada, que foram sucesso editorial destacado, foram traduzidas no Brasil e inspiraram coleções similares nacionais.

4. Cultura de massa

È muito interessante para o historiador verificar como a conceituação de ‘cultura de massa’ tem sido vista pela sociedade, principalmente em uma proposta como a que fizemos, de explorar uma fonte da cultura de massa impressa, destinada a um público leitor não especializado.

A conceituação da existência de uma ‘cultura de massa’ ou ‘cultura popular’ se opõe a de uma ‘cultura erudita’, mais valorizada porque de ‘melhor qualidade’, mais restrita e limitada aos que a ela têm acesso, por poder aquisitivo e domínio cultural.

A ‘cultura erudita’ é resultante da decantação da produção cultural da sociedade ocidental cristã e é o cânone dos valores culturais - a ‘alta cultura’ é o conhecimento e apreciação dos clássicos na literatura, música, balé, teatro, pintura e escultura, em oposição a uma outra cultura, considerada inferior por não ter o mesmo conteúdo e relevância, produzida e vivenciada no cotidiano pelas pessoas comuns, ‘a cultura popular’, que é muitas vezes confundida com ‘folclore’, em uma concepção conservadora e nacionalista estreita.

Tomada em senso estrito, a concepção canônica de cultura faz com que toda a produção cultural do mundo moderno industrial do século XIX e do pós-industrial do século XX, todos os questionamentos, críticas, leituras e releituras da sociedade contemporânea fiquem fora dos parâmetros estabelecidos.

Mas a produção cultural possui a sua própria dinâmica, riqueza e complexidade, e é indicativa da reflexão e crítica do mundo no qual o indivíduo produtor/consumidor está inserido e vive. Para os artistas contemporâneos, o cânone não é um obstáculo. Na realidade diária da sociedade pós-industrial, todas as artes se libertaram do cânone. A multiplicidade das formas de expressão literária e artística é quase impossível de ser totalmente conhecida em nossos dias. O rádio, o cinema e a televisão se inscreveram no campo da produção e da reprodução cultural, da mesma forma que a imprensa. E o mundo da produção digital está seguindo a mesma trajetória, de modo mais acelerado.

Contudo, a resistência às novas formas de arte e conhecimento ainda é grande. No campo dos estudos humanísticos, o domínio do cânone se manteve por mais tempo. E só no último quartel do século XX ele passou a ser questionado por grupos feministas, étnicos, de culturas minoritárias e pelos pesquisadores pós-modernos, que exigem que a noção de cultura seja mais inclusiva e menos restritiva.

A valorização da oposição entre a ‘cultura erudita’ e a ‘cultura popular’ pode ser entendida como uma atitude socialmente conservadora, a partir da Revolução Francesa, em que o conceito de ‘povo’ para os conservadores e contra-revolucionários era o de uma ‘ameaça’ a seu modo de vida. A preservação dos valores da sociedade estamental encontrou na valorização do cânone apoio e a justificativa de uma concepção de sociedade, a partir de meados do século XIX, quando ‘povo’ e ‘massa’ se tornaram quase que sinônimos de ameaça social.

Nos movimentos revolucionários políticos e sociais dos séculos XIX e XX, uma das propostas mais atraente é a da democratização de acesso de todas as pessoas a todos os bens, políticos e econômicos, a partir da alfabetização universal, e, principalmente aos bens culturais.

A idéia de separação rígida entre a chamada ‘alta cultura’ e a ‘cultura popular’ foi questionada por Bahktin²³ ainda na primeira metade do século XX, e, o tema da circularidade das idéias entre grupos sociais, no final do século XX, encontrou apoio em historiadores da história cultural, como Roger Chartier e C. Guinzburg, entre outros, e, principalmente nos autores pós-modernos.

Os resultados

Os resultados obtidos foram surpreendentes, para nós e para os alunos. Para nós, pela localização de inúmeras publicações destinadas a suprir a curiosidade do público sobre temas históricos – em níveis de informação diferenciados, desde as mais elementares até as que apresentam resultados de pesquisas acadêmicas, em linguagem acessível ao não-especialista. Nosso ponto de partida para a proposta do trabalho havia sido o conhecimento das revistas *Nossa História* e *História Viva*. Os alunos conheciam algumas outras e localizaram outras tantas, que não eram tão conhecidas, e que aparecem nos textos que seguem. E também pela capacidade demonstrada pelos alunos de pesquisar informações, mesmo as que exigiram contato direto com as editoras e com os editores; analisar conteúdos sob aspectos variados, demonstrando que o processo de formação fragmentada, proposto pelo Departamento de História, apesar da dificuldade de explicitação, está proporcionando ao corpo discente uma formação adequada ao mundo contemporâneo.

Para os alunos, podemos comentar de um lado que com a aprendizagem da prática de pesquisa - seleção de tema, seleção de fontes, coleta de dados, análise de conteúdo, contextualização e redação de um texto sobre a pesquisa e os resultados obtidos, houve a possibilidade de aprender como usar material diferenciado do tradicional (textos de livros e excertos de documentos), experiência que pode ser transmitida a práticas de ensino de história em outros níveis. Por outro lado, esperamos que os mais renitentes tenham aprendido a aceitar a produção cultural da sociedade em que vivem. Consideramos que se há experiência e vivência da postura crítica em relação à formação socioeconômica e cultural em que estão inseridos, a manutenção de preconceitos sobre a ‘cultura de massa’ e a exigência do cânone cultural são elementos contraditórios que precisam ser enfrentados. E o que a nosso ver foi o mais importante: tiveram eles a experiência da apreensão ‘a quente’ de dois conceitos teóricos que marcam a sociedade atual – a da circularidade das idéias na cultura, e, a da fragmentação das identidades sociais. Lembramos ainda que nas análises de conteúdo foram localizadas algumas das teorias de história, que haviam sido apresentadas e discutidas no transcurso das aulas teóricas e das leituras, demonstrando na prática a longa vigência de idéias na cultura e na sociedade.

Os textos que seguem a esta apresentação são todos os trabalhos de curso da disciplina, resultantes das pesquisas e análises dos alunos. Alguns são trabalhos individuais, outros coletivos. Cada um deles representa a trajetória de pesquisa que foi percorrida, os interesses, curiosidades e idiosincrasias dos autores. Não foi realizada a normalização

²³ BAHKTIN, M.. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: HUCITEC; Brasília:UnB, 1987.

dos textos e nem estão apresentados os comentários da avaliação. A finalidade da publicação é reconhecer os esforços empregados na pesquisa, o empenho e interesse demonstrado, além de colaborar com outras pessoas que tenham alguma curiosidade sobre o material de divulgação de história impresso disponível em bancas de jornal.

Agradeço a Silene Ferreira Claro, doutoranda no Programa de História Social/FFLCH/USP, linha de pesquisa História da Cultura, monitora da classe no PAE/FFLCH/USP primeira fase, o apoio, as sugestões e a relação estabelecida com a classe, que muito contribuíram para o bom desenvolvimento do curso e das atividades. E a todos os alunos que cursaram a disciplina e que no decorrer do semestre selecionaram o material com que pretendiam trabalhar, defenderam suas escolhas, descreveram as dificuldades encontradas, apresentaram as soluções e os resultados obtidos. Eles se encontraram com o que os pesquisadores em história costumam enfrentar: problemas de acesso a fontes e as informações, impossibilidade de usar o material inicialmente previsto, desconforto com os resultados obtidos, questões que não puderam ser respondidas, e tudo o mais que acontece depois do trabalho escrito e entregue.

Espero que a experiência tenha sido tão proveitosa para eles como foi para nós e que a noção de que estamos imersos na história – mesmo explorando um tema restrito e aparentemente limitado, tenha se tornado mais clara e compreensível. E que a função da disciplina Teoria da História no processo de formação tenha adquirido sentido.
São Paulo, segundo semestre de 2005.

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Disciplina: Teoria da História I
Profa. Dra. Raquel Glezer
Período Noturno

TRABALHO SEMESTRAL:
Nossa História e a História dos Vencidos

Junho de 2005

Alunos:

Alexandre Bastos N. USP 4932098

Felipe Dias Carrilho N. USP 4931566

Renata Silene da Silva N. USP 4956491

Renato Machado de Sobral N. USP 4932230

Sérgio Ribeiro de Almeida Marcondes N. USP 4931361

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre a História e sua divulgação na sociedade não acadêmica, observando publicações disponíveis em bancas de jornal. Tendo participação ou não de historiadores, estas revistas têm como público alvo o leitor interessado em história, porém que não precise ser necessariamente especialista no assunto.

A publicação escolhida por nós foi a revista Nossa História, editada pela Editora Vera Cruz, de São Paulo, e administrada pela Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, ligada ao Ministério da Cultura. Sua proposta é contar mais para o povo brasileiro sobre sua própria História, especializando-se portanto em História do Brasil. Este foi um dos fatores que despertou nosso interesse por esta revista, pela sua proposta inovadora frente às outras publicações do mesmo segmento, pois estas focalizam principalmente a História Geral. Não somente entre as revistas de História, mas esta iniciativa da revista também inova em relação ao conceito de História que aprendemos no Brasil desde o ensino fundamental, pois ao contrário dos demais países, no Brasil é dada maior ênfase à História Mundial, pondo em segundo plano a História Brasileira.

Quanto ao conteúdo da revista, foi decido avaliar como ela encara as questões populares e a História dos vencidos, já que poucas são as publicações não-acadêmicas que falam sobre os movimentos ou classes sociais que foram derrotados de alguma maneira ao longo da História. Consideramos importante preservar os pensamentos e a memória das pessoas pobres ao longo de suas histórias. Pouca é também a iniciativa de se criar uma identificação entre a sociedade de hoje com o que foi no passado, o que é muito prejudicial, pois o conhecimento histórico que não propõe nenhuma reflexão para o presente é estéril.

Para tanto, centramos nossa análise em quatro matérias, escolhidas em diferentes edições da revista. O critério para escolha foi, inicialmente, ser a matéria destacada como principal na capa da revista, pois consideramos que isso indica uma importância e uma valorização dadas pela própria revista a este conteúdo. A seguir, buscamos textos que trabalhassem com a temática de história de movimentos coletivos, classes vencidas, temas menos destacados na história de "personalidades". Trabalhando com as edições já publicadas da revista (20 até o encerramento deste trabalho), selecionamos quatro matérias que obedeciam aos critérios definidos, e a seguir analisaremos cada uma delas com mais detalhe.

Procuramos analisar principalmente os seguintes aspectos de cada matéria escolhida: o autor, a classe ou segmento social retratado, o ponto de vista da revista (se vê favoravelmente ou não o movimento tratado), as fontes utilizadas, o trabalho iconográfico, e o quanto a matéria faz ligações com o presente do assunto tratado. Todas estas são formas de verificar a maneira pela qual a revista aborda a questão da História dos "vencidos".

Análise da matéria de capa "Pisando no 'sexo frágil'", na Revista Nossa História, nº 03, janeiro/2004.

Esta matéria trata da questão da luta feminina pela emancipação. Escolhemos esta matéria porque ela aborda um tema que ainda é atual e não está encerrado: As mulheres e os homens ainda não se igualaram em todos os aspectos e muitas são as tentativas da mídia em apagar a memória dos movimentos das mulheres.

A matéria selecionada diz respeito a como a imprensa, composta por homens, enxergava o movimento pela emancipação feminina no início do século XX. A autora da reportagem é Rachel Soihet, professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e autora de "Condição Feminina e outras formas de violência. Mulheres pobres e origem urbana". Portanto, especialista com trabalhos já publicados sobre o assunto.

Neste caso, não há como se considerar as mulheres como uma classe, mas sim como uma parcela reprimida pela sociedade. E essa repressão não dependia da condição social, ela era feita apenas devido ao gênero. Este movimento social repercutiu em todas as classes, mas, talvez pela origem das fontes primárias, são retratadas somente as mulheres da elite.

A reportagem aborda o modo como a imprensa ridicularizava a luta feminista. Apesar de fazer certa apologia à luta feminista, a reportagem também coloca os pontos que ainda precisavam ser melhorados. A autora cita de forma destacada movimentos organizados das mulheres por sua emancipação e aponta a principal conquista do movimento até então, o voto feminino conquistado em 1932. Este destaque é importante, pois tira do movimento a carga de excentricidade e legitima suas reivindicações.

Para tal análise, autora utiliza mais fontes primárias e não há nenhuma fonte historiográfica. As fontes primárias são em geral trechos de jornais e revistas da época, para

ilustrar o pensamento da época quanto à emancipação das mulheres. As fontes usadas pela autora são as seguintes:

"Com as damas", da *Revista Ilustrada*, de 1886, RJ;

"Emancipada" (*Revista Careta*, 20/2/1909), RJ;

Desenhos do caricaturista Raul Pederneiras;

"Mais uma reivindicação feminina" (*Revista Fon Fon*, 04/01/1908);

"Feminismo e suas desvantagens" (*Revista Única*), outubro de 1925.

A emancipação feminina era vista pelos mais diversos setores sociais e tendências políticas como grave ameaça à ordem estabelecida e a ordem estabelecida encontrava legitimidade até no pensamento científico da época:

A Filosofia da época considerava a inferioridade da razão das mulheres como fato incontestável, cabendo a elas apenas cultivar o necessário para o cumprimento de suas tarefas domésticas;

A Medicina afirmava que a fragilidade, o recato e predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais eram características biologicamente femininas, assim como a subordinação da sexualidade pelo instinto maternal;

Pela Medicina Criminalista, as mulheres intelectualizadas representavam um risco. Uma das alegações era a de que ela poderia cometer o infanticídio. Mulheres dotadas de grande inteligência se revelariam criminosas natas. Uma vez que a mulher instruída repudiava o marido vulgar, dificilmente ela encontraria um marido, tendo como últimos recursos o suicídio, o delito e a prostituição.

Apesar do caráter das adversidades enfrentadas pelas mulheres, a reportagem mostra que o movimento não era algo isolado e sim algo que progressivamente tomava corpo, tanto que a imprensa se preocupou em ridicularizá-la. De modo geral o movimento é abordado de forma coletiva, sem eleger um líder, embora haja um quadro que destaca o nome de Bertha Lutz, uma das pioneiras do movimento.

Trilhando os caminhos da História Social e da História do pensamento, a reportagem ilustra através das fontes disponíveis as idéias da intelectualidade da época, que

de certa forma, era passada como conceito para os outros segmentos da população, fazendo destas “pesquisas científicas” verdades absolutas para repressão.

A reportagem não se prende apenas ao passado e tem preocupação de mostrar o reflexo disso no presente, em destaque num quadro da matéria. Além disso, a reportagem mantém uma postura crítica colocando que as mulheres ainda não conseguiram igualdade, mesmo hoje em dia. Por outro lado, faltou uma crítica e uma análise sobre o movimento feminista no Brasil hoje. Quais suas reivindicações, por quem ele é composto e seus últimos resultados.

Análise da matéria de capa "O poder da capoeira", na Revista Nossa História, nº 05, março/2004.

A capa da edição de março de 2004 retrata capoeiristas negros exibindo golpes e movimentos no Brasil do século XIX. Fica evidente que a proposta da revista é mostrar que a história também é feita por indivíduos de "baixa extração".

A partir do quadro de Augustus Earle, c.1822, a revista estabelece conexões entre uma das mais significativas tradições da cultura africana (a capoeira) e o submundo urbano do Rio de Janeiro escravista do século XIX. A capoeira é mostrada como símbolo de rebeldia da população que ocupava o espaço urbano, especialmente negros, mulatos e brancos pobres, durante o Governo Imperial.

Além do quadro de Augustus Earle "Negroes fighting", pertencente à Biblioteca Nacional da Austrália, em meio a matéria são utilizados outros documentos iconográficos: fotos, desenhos, quadros e caricaturas.

Ao contrário do que observamos em outras revistas, a presença do historiador é fundamental. O autor da matéria é Carlos Eugênio Líbano, professor-adjunto do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia.

A proposta da matéria é, justamente, permitir ao leitor uma compreensão mais aprofundada das questões que envolvem as relações entre as populações pobres, desprovidas de direitos, e as elites dominantes. Os capoeiras não são apresentados apenas como grupos subalternos, eles representam uma força cultural, simbólica e, principalmente, um obstáculo ao interesses dessas elites cariocas.

A matéria é bem sucedida e se encaixa perfeitamente na idéia de uma história coletiva, "dos vencidos", na medida que demonstra como e porquê se desenvolvem os elementos de tensão social no Rio de Janeiro do XIX e, é claro, seus sentidos históricos. Nenhuma personalidade específica é retratada, e a matéria claramente enfatiza a importância de manifestações culturais e sociais como a capoeira, mesmo que estas sejam de populações excluídas às quais a historiografia não costuma dar muita atenção. É interessante imaginar que a revista deve ter considerado tal matéria atraente, a ponto de colocá-la como o principal destaque da capa, em detrimento de matérias sobre o golpe de 1964 e a vida de Carlota Joaquina, temas aparentemente mais atraentes para os que não estudam ou lidam profissionalmente com História.

Análise da matéria de capa "São Jorge, guerreiro de fé", na Revista Nossa História, nº 07, maio/2004.

A matéria escolhida para análise encontra-se publicada na edição nº 07 da revista Nossa História, matéria de capa: "São Jorge, guerreiro de fé", assinada por Georgina dos Santos.

Seguindo a linha editorial proposta pela revista, Georgina dos Santos é historiadora, professora da Universidade Federal Fluminense, autora de uma tese defendida em 2002 pela Universidade de São Paulo que se relaciona com o tema abordado.

Partindo da vitalidade do culto prestado a São Jorge, visa traçar um panorama histórico da veneração ao santo, começando por Portugal e sua transposição para o Brasil já no início da colonização. O foco principal está na popularização desse culto e como sua figura será um elemento de sincretismo religioso entre a majoritária tradição católica e os marginalizados orixás africanos. Portanto podemos afirmar que não há um grupo social específico em abordagem na matéria, mas sim uma predileção pelo viés da cultura popular. No entanto não podemos afirmar que a autora trabalha apenas com a dimensão do popular, pois procura discutir o assunto à luz da história eclesiástica, colocando inclusive em destaque as hagiografias (biografias das vidas de santos) oficiais ou não, e como a Igreja tratou a canonização de São Jorge. Isso desmistifica o mal entendido acerca do seu banimento do rol dos santos reconhecidos pelo clero.

A matéria faz uma abordagem bem balanceada entre o coletivo e o individual: alguns determinados personagens, como os reis das dinastias de Borgonha e Avis, são usados para ilustrar a ascensão do “santo guerreiro” como patrono da realeza, intercessor em defesa da luta pela fé católica e da conquista militar. Essa colocação é intercalada logo em seguida com a transformação do mártir em uma figura popular das procissões religiosas do Corpo de Deus. No que concerne ao culto em terras brasileiras, a matéria destaca as procissões, companhias religiosas e principalmente o sincretismo religioso que fez com que definitivamente São Jorge caísse nas graças da população.

Isto posto, levando em consideração nossa proposta de análise, podemos afirmar que a revista, na pessoa da doutora Georgina dos Santos, não procura deixar a matéria condicionada a determinada pessoa, o individual não se sobressai em detrimento do coletivo, ao contrário ambos se equilibram, mostrando uma coerência com a proposta de estudo pela ótica da cultura popular.

A utilização de fontes para elaboração da matéria não é explicitada pela autora, porém a parte gráfica da revista traz diversas imagens que não servem apenas como complemento estético, mas ilustram com competência o tema e servem para uma melhor assimilação por parte do leitor. Vale destacar que todas as imagens são devidamente creditadas.

Como as demais matérias escolhidas para o bojo desse trabalho, a revista não pretende esgotar o assunto nem tão pouco transmitir informação usando uma linguagem estritamente acadêmica. O uso de uma especialista para a apresentação do tema dá um maior credibilidade ao assunto e a indicação de bibliografia complementar, inclusive no tocante a hagiografia, torna-se um ótimo fomento para o aprofundamento do tema, diversificando as possibilidades interpretativas que podem ser geradas a partir de uma primeira leitura.

Tendo como base um tema religioso, a matéria poderia ter enveredado por uma análise em que fosse utilizada a Filosofia de História como aparato teórico, ou seja, a história fundamentada em teologia e numa concepção divina dos acontecimentos, mas, mesmo levando em consideração o estudo hagiográfico já destacado anteriormente, o grande enfoque da matéria está no seu estudo de “São Jorge, guerreiro de fé” enquanto elemento disseminado na cultura popular, com destaque para as religiões africanas.

Portanto, podemos localizar a abordagem empregada pela revista em vertentes mais contemporâneas da historiografia, mais precisamente na chamada Nova História. Assimilando a veneração ao santo como um produto cultural, diferenciando o estudo eclesiástico, que podemos qualificar como cultura erudita, e a cultura popular (baixa cultura), a autora também lida com a perspectiva dos vencidos. encerrando seu trabalho justamente com a devoção prestada pelos cultos afro-brasileiros, onde identifica-se um processo de resistência ideológica por parte de uma população socialmente discriminada.

Análise da matéria de capa "A face negra da abolição", na Revista Nossa História, nº 19, maio/2005.

O exemplar número 19 da revista "Nossa História" traz, em sua capa, uma reportagem que trata da questão da luta dos negros no Brasil, antes da efetiva proibição da escravidão. A matéria é assinada por Hebe Maria Mattos, professora de História na Universidade Federal Fluminense e autora de "Das cores do silêncio: significados do silêncio no Sudeste escravista", portanto uma especialista no assunto.

O título "Abolição" é seguido por "a ascensão dos negros antes da Lei Áurea", e a capa traz ainda uma gravura mostrando uma negra ornamentada com jóias. Esta apresentação da revista já evidencia um traço diferenciador desta em relação a outras publicações que tratam do tema da História, já que não é apresentado como assunto de capa nenhum fato histórico imediatamente delimitado, nem é mostrada figura carismática, como grandes líderes, por exemplo.

O projeto gráfico do exemplar mostra-se também bastante peculiar. Utilizam-se charges, fotografias, jornais e documentação oficial da época, como elementos fundamentais para ilustração da matéria.

Logo na primeira página da reportagem, através da observação do título da matéria ("A face negra da abolição") percebe-se o caráter do tratamento dado pela revista ao tema: aborda-se a questão do ponto de vista dos marginalizados, sendo estes mostrados como agentes das transformações sociais. A revista toma posição desde a sua capa, em que o subtítulo afirma "A ascensão dos negros antes da Lei Áurea", como no texto geral que introduz as matérias, onde afirma que "os negros brasileiros não esperaram passivamente pela sua libertação. Em vez disso, lutaram em diversas frentes contra a escravidão, a ponto

de conseguir que, à época em que a Lei Áurea foi assinada, apenas uma pequena minoria continuasse formalmente a ser propriedade". Portanto, a posição da revista é clara no sentido de que a Lei Áurea foi apenas uma formalização política de algo que foi conquistado paulatinamente pelos próprios escravos, e não concedido a uma massa de homens passivos.

Na época da assinatura da Lei Áurea, 95% dos descendentes de africanos já eram livres. Segundo a revista, alguns faziam parte da elite intelectual e das lutas abolicionistas, e muitos fugiam. “Na última década da escravidão, eles apelaram para fugas em massa por quase toda a Região Sudeste, no maior movimento de desobediência civil de nossa história”(p. 16).

O artigo cita alguns documentos de época, como jornais. Toda a iconografia do artigo é constituída por imagens (principalmente charges) da época, reproduzindo bastante do imaginário contemporâneo. A bibliografia citada, para aprofundamento, é composta por quatro livros sobre as últimas décadas da escravidão brasileira., obras de historiografia, não de divulgação histórica. o que liga o artigo com as pesquisas mais recentes no campo.

Para abordar a problemática em questão, a autora enfatiza as questões políticas, econômicas e institucionais em detrimento da construção da imagem de grandes personagens como agentes fundamentais da transformação histórica.

A questão jurídica é analisada quando a autora afirma que “desde a independência, os ideais do liberalismo político, inscritos na Constituição de 1824, passaram a afirmar a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei. Apesar disso, a escravidão já instituída foi mantida legalmente no país, em nome do direito de propriedade” (p. 16). Neste ponto citam-se personalidades ligadas à defesa jurídica dos escravos, mas são negros e pardos, como o advogado Antonio Rebouças. Esta característica da matéria é muito significativa, levando-se em consideração que a princesa Isabel, que é quem assina a Lei Áurea, não tem seu nome mencionado em nenhum momento no corpo do texto.

As influências das questões políticas e econômicas e da ação coletiva dos escravos são evidenciadas no seguinte trecho: “As fazendas repletas de escravos, o endividamento de alguns fazendeiros com o comércio negreiro, o isolamento político brasileiro no panorama internacional, diante da pressão inglesa, e o temor gerado por repetidas rebeliões de escravos africanos na Bahia, como a famosa revolta de Malês, em 1835, tornaram iminente

a decisão política de por um fim ao comércio ilegal de escravos, finalmente tomada em 1850” (p. 18).

Por fim, tem-se o reconhecimento do importante papel das massas no processo de luta dos negros pela igualdade jurídica: “... os últimos senhores foram simplesmente atropelados pela fuga em massa de seus escravos” (p. 20).

A autora faz, ainda, uma ponte com o presente, ao afirmar que, com a Abolição, pela primeira vez se reconheceu a igualdade civil de todos os brasileiros. “Porém, até o surgimento dos movimentos negros do século XX, a hierarquização racial pouco se modificou” (p. 20).

Portanto, em relação ao tratamento dado por esta edição da revista “Nossa História” ao tema da luta dos negros, vêem-se características presentes na maioria dos exemplares que tratam das questões dos marginalizados sociais. A atenção está nos problemas conjunturais, sejam de cunho político, econômico, institucional, ou jurídico, e não nas figuras dos governantes de cada época. Além disso, o assunto é tratado do ponto de vista da classe em questão, e não da elite dirigente, enfatizando-se a participação popular como protagonista das transformações históricas, e chegando-se ao ponto de colocar que a Abolição da escravatura foi, em parte, devida ao movimento dos próprios negros, e não algo concedido espontaneamente pelas elites da época.

Além de ligações implícitas que podem ser feitas entre a questão do liberalismo, do direito de propriedade, dos preconceitos de cor, em relação a hoje, o último parágrafo do artigo de Hebe Mattos coloca claramente essa questão: "A discussão atual de políticas de reparação e a reivindicação de uma identidade negra recolocam na ordem do dia a memória da escravidão inscrita na pele de milhões de brasileiros".

Podemos identificar uma valorização da história dos vencidos, o destaque dado a movimentos coletivos como tendo influenciado os acontecimentos históricos, e uma iniciativa no sentido de deixar clara a ligação entre a história da Abolição com questões discutidas hoje em dia, como o preconceito racial, as cotas raciais para universidades, e a igualdade de oportunidades econômicas entre brancos e negros.

CONCLUSÃO

Tendo escolhido matérias de capa que tratam de movimentos coletivos sociais, utilizados por populações mais pobres e em geral desprovida de meios de expressão e de recursos econômicos (os chamados "vencidos"), vimos como esses movimentos são tratados como relevantes e centrais para o conhecimento do momento histórico.

Deste ponto de vista, é digno de nota o fato de que nenhuma das revistas trabalhadas tem como destaque de capa alguma personalidade, mas sempre movimentos e conceitos vistos como centrais: a própria Abolição é tratada sem referência direta à princesa Isabel, e os principais líderes abolicionistas são tratados apenas em um "box" dentro da matéria, que destaca a participação coletiva dos escravos, através de fugas e revoltas, principalmente. As outras matérias, como a da capoeira, das mulheres e de São Jorge, trabalham muito pouco com personalidades. O mesmo pode ser dito inclusive de outros temas escolhidos pela revista para capa ao longo de sua trajetória, como o futebol, o samba, o Carnaval... Aqui portanto podemos identificar claramente a influência dos novos conceitos de história cultural, história do cotidiano, a partir de um ponto de vista próximo da Nova História francesa. E o fato da revista escolher para capa tais temas mostra que ela acredita que eles têm apelo também de vendas, e que ela não acredita necessário ficar restrito aos "grandes nomes da nossa história" ou da história mundial, como fazem outras revistas contemporâneas.

A revista "Nossa História" tem, claramente, um caráter de uma publicação mais voltada para pessoas como conhecimentos mais aprofundados de História, embora seja vendida livremente em bancas. A maioria das matérias é escrita por historiadores ou pesquisadores do campo, as recomendações de bibliografia complementar são em geral bem específicas, visando um aprofundamento maior do tema tratado, e os temas buscados são bastante específicos e pouco ligados com uma visão apenas de divulgação da História do Brasil.

A revista procura tornar mais acessível novas pesquisas e novos trabalhos sobre o conhecimento histórico brasileiro. Há uma exigência de atualidade, conhecimento aprofundado sobre o campo e referências a obras de historiografia acadêmica, contrariamente a outras revistas de história brasileiras. Ao fazer isso, torna-se uma espécie de ponte entre o conhecimento acadêmico especializado e o acesso dos interessados no

campo, embora não consiga superar muito a barreira de ser vista como "muito profunda" ou "muito densa". Mas, tendo o financiamento da Biblioteca Nacional e um conselho editorial formado por nomes de peso da historiografia brasileira, parece ter condições de superar bem estas dificuldades e se firmar como uma opção, não puramente acadêmica, mas num nicho mais específico e menos popular, dentro do campo das revistas de banca que tratam de História.

Neste trabalho, procuramos mostrar um aspecto mais específico da "Nossa História", que é sua vinculação a correntes contemporâneas da história cultural e social, que enfatizam o retrato de temas de nossa historiografia a partir do ponto de vista de setores sociais menos valorizados e em geral menos retratados pela história, como capoeiristas, crentes de São Jorge, escravos negros e mulheres no século XIX. Assim, se insere numa corrente cuja denominação vem de alguns trabalhos sobre história latino-americana, como o de Natan Wachtel (*A visão dos vencidos*), que procuraram mostrar a dominação da América a partir do ponto de vista das populações vencidas (incas, astecas), e não dos colonizadores. Esta mudança de ênfase gerou a expressão "história dos vencidos", e acreditamos que ela se encaixa bem também no que analisamos neste trabalho.

ECLÉTICA - 2005

Publicação eventual do Departamento de História/FFLCH/USP.

A HISTÓRIA EM BANCAS DE JORNAL

Créditos:

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sedi Hirano

Vice-Diretor: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

Departamento de História

Chefe: Prof. Dr. Modesto Florenzano

Suplente: Profa. Dra. Maria Lígia Prado

Responsável: Profa Dra. Raquel Glezer

Monitora PAE – Estágio de Preparação Pedagógica: Silene Ferreira Claro

Trabalho de curso da disciplina Teoria da História I – 0401 - Noturno - 1º. Sem. 2005.